

COSTA, FRANCISCO de A. **Grande capital e agricultura na Amazônia;** a experiência Ford no Tapajós. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1993. 180p.

A entrada do capital internacional na Amazônia não é fato novo nem se deu de forma amadora e ingênua. Talvez pudéssemos chamar Henri Ford e Daniel Ludwig de loucos e românticos, se considerarmos o que pretenderam com seus fabulosos projetos de exploração agrícola acoplados a mecanismos e estruturas empresariais. As aventuras destes dois, no entanto, foram sustentadas por recursos de suas próprias empresas, com a complacência e os recursos do governo brasileiro, e se degradaram a partir de elementos até hoje insuficientemente esclarecidos.

Ao caso da experiência de Henri Ford no Tapajós, Pará, Francisco de Assis Costa, doutor em Economia pela Universidade de Berlim, Alemanha, e coordenador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos–NAEA-UFPA, dedicou sua tese de mestrado defendida na UFRJ, em 1981, transformada em livro, publicado pela Universidade Federal do Pará, em 1993.

Introduz o assunto através da primeira parte, em que mostra os fatores macroeconômicos e sociais que favoreceram a instalação da Ford Motors Company no Brasil. Analisa primeiro a conjuntura internacional do início do século (1910 a 1930), em que o mercado da borracha, dominado pelos ingleses, é crescentemente solicitado pela indústria automobilística americana em ascensão. No Brasil, as oligarquias agrárias do café, beneficiadas pela política de valorização do governo e por fatores externos às dificuldades do País, têm as portas do financiamento internacional abertas. Na Amazônia, a oligarquia da borracha encontra-se em abandono, em decadência, após o desenvolvimento dos cultivos ingleses na Ásia. Mais ao Norte, nos EUA, pressionados pelo Plano Stevenson implementado pelos ingleses em suas colônias e assumido por seus aliados, os americanos se vêm dependentes de um produto com preços elevados e sob o controle do Reino Unido. Decidem-se por investir em novos plantios e resolvem verificar essa possibilidade junto aos países da Amazônia. Ciente do interesse dos americanos que “querem a Amazônia”, o governo brasileiro, nos estados, primeiro, depois com o apoio federal, entra em processo de discussão e decide por um sim, em que “a Amazônia quer os americanos”. Entre janeiro e agosto de 1923 tomam-se decisões e uma missão americana visita a Amazônia.

A segunda parte do livro-tese de Costa mostra a “origem, estruturação e fim” da Companhia Ford Industrial do Brasil. Em 10 de outubro de 1927 ela passa a ter constituição jurídica registrada na Junta Comercial do Pará sob o número 271, por despacho de 20 de outubro do mesmo ano. Antes disso, Dionísio Bentes, governador do Pará, tinha concedido um milhão de hectares de terra com amplos direitos de utilização, o que incluía “fontes de energia, construção de vias de comunicação, exercício de navegação, construção de fábricas dentro e fora da concessão, exportação e importação de mercadorias em bruto ou manufaturadas, criação de estabelecimentos bancários (uma vez as formalidades da legislação federal), manutenção de serviços de comunicação telefônica e radiofônica, criar e manter escolas, instalar núcleos de povoação, criar armazéns e depósitos de mercadorias para fornecimento aos próprios empregados e trabalhadores, pesquisar o subsolo, introduzir trabalhadores nacionais e estrangeiros, alocar colonos e, ainda, transferir todos os direitos obtidos. Ao concessionário, ou às empresas que viesse a formar, foi dado o direito, inclusive, de não submeter seus planos a qualquer autoridade brasileira” (p.64).

Com esses privilégios e caminhos abertos, o estatuto da Ford não era menos ambicioso nos objetivos que previam realizar tudo o que permitia o acordo brasileiro. Pretendia, segundo depoimento do patriarca Henri, “transformar a situação mundial da indústria da borracha (...) de vez que a produção atingirá 300.000 toneladas” (p.67), o que para ser feito precisaria de ser instalados 200.000 hectares de seringueiras a um rendimento de 1.500 quilos de borracha por hectare.

Em 4 de setembro de 1928, dois navios chegam ao Pará com equipamentos e materiais necessários ao início da obra no Tapajós. Deste ano até 1934, Fordlândia é o centro das operações, quando os problemas de limitação de calado imposto pelo leito do rio no verão, a grande distância de Santarém e os problemas sanitários surgidos nos seringais obrigam a mudança de rumos para Belterra, com permuta de terras e operações consentidas pelo Estado do Pará.

Francisco de Assis Costa conta a história do empreendimento desvendando lutas macro e micropolíticas, em estilo próprio, em que se pode ter uma noção do conjunto sem perder o detalhe. Exemplifico com o incidente da rejeição dos trabalhadores às refeições espinafreadas em uma rebelião que obrigou a empresa a plantar mandioca e pensar em suprimento mais adequado aos intestinos nacionais.

A virtude e a profundidade do trabalho, porém, estão na análise que faz no Capítulo 3 desta segunda parte, do insucesso do empreendimento, atribuído a diversas causas. As dificuldades para tornar rentável os enormes investimentos passavam pelas condições históricas de uma mão-de-obra de difícil inserção no mercado do trabalho. Os americanos previram 30.000 homens engajados nos seringais. Conseguiram arregimentar no máximo 3.100 homens. A criação de um mercado de trabalho, em pressupostos marxistas utilizados por Costa, exige “trabalhadores livres, em dois sentidos, porque não são parte direta da produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles” (citando Marx, na p.90). A força de trabalho existia, não se materializando porém em um mercado de trabalho que permitisse aos capitalistas adquiri-la, assalariando-a. Conseqüência maior dessa dificuldade do capital em mobilizar trabalho na experiência da Ford foi o retardamento do ritmo previsto na instalação dos seringais e dos cortes para recolhimento do produto, na época adequada. Somado a este problema crucial da mão-de-obra, a exploração da madeira, forma pensada para reduzir os custos de instalação e a manutenção do projeto, tornou-se também elemento complicador. Selecionar, cortar e transportar este material antes para depois instalar os seringais implicava tempo adicional que outros métodos menos cuidadosos não pediam. O mercado externo, receptor acostumado a material de outro padrão, precisava de se habituar à madeira vinda da Amazônia. Problemas para manter este padrão e estoque, dependente da área que estava sendo desmatada, heterogêneo, portanto, dificultava a concretização de negócios neste setor secundário mas complementar ao projeto. Queimar madeira era uma prática não admitida por Ford, até o momento em que isto tornou-se barreira ao ritmo de implantação dos seringais. Adotaram outra forma em que separavam as áreas por objetivos: implantar seringais e exportar madeira. Ainda assim tiveram dificuldades para alcançar o ritmo esperado.

O mal-das-folhas, doença provocada pelo fungo *Dothidella ulei*, tornou-se elemento determinante da saída de Fordlândia para Belterra em 1934. Pesquisa e novas técnicas agronômicas não acompanharam as necessidades de produção de mudas de qualidade e de crescimento para obtenção de maturidade do projeto em tempo.

Em 1945, com a ascensão de Henri Ford II à presidência da matriz Ford Motors Company, a Companhia Ford Industrial do Brasil é dissolvida. Não

Resenha

se tem notícia de nenhum interessado em adquirir a empresa, repassada para o governo brasileiro sob o custo de 244.200 dólares.

Muitos outros dados interessantes ilustram a obra de Costa, farta em tabelas e gráficos essenciais à sua compreensão. Dela podem-se fazer muitas leituras, seja do ponto de vista histórico, sociológico e, principalmente, econômico. Nas análises feitas pelo Autor, encontram-se pistas para entender os naufrágios de empreendimentos multinacionais na floresta amazônica ou em outras regiões do País. Mais do que isso, trilha-se o desvendar de mitos que se construíram a partir de projetos fantásticos, de contos de fábulas ou fábulas de contos de réis, através da decodificação minuciosa de cada um dos fatores que jogaram algum tipo de papel nos seus sucessos e nas derrotas. Na ponta do lápis e na realidade, nem todos os planos acontecem como os seus donos sonharam.

Francisco de Assis Costa é autor de vários artigos do livro premiado pela Universidade de Giessen, na Alemanha, “Bauern, Markte und Kaptalakkumulation”, Saarbrucken: Breitnbach Verlag, 1989, e de “Ecologismo e questão agrária na Amazônia”, Belém: NAEA/Ed. UFPA, 1992.

Neste, que resenhamos, pode-se contar mais uma contribuição densa de um intelectual da Amazônia para os que pensam e vivem o Brasil.

Gutenberg Armando Diniz Guerra
Engenheiro-agrônomo
Doutorando na École des Hautes Études en Sciences Sociales
Paris, França. (Bolsista da Capes)